

# EDITORIAL

A Argumenta Journal Law, um dos mais importantes Periódicos do Brasil, com estrato B1 no Sistema Qualis da Capes, em seu 23º número, divulga 15 artigos científicos, cujos temas e discussões reafirmam seu espaço de referência na investigação científica no campo da Ciência Jurídica, Ciência Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Com a recente aprovação do Programa de doutorado em Direito da UENP, a Argumenta alcança também maior destaque e deverá, pela excelência das publicações e pelo trabalho do conselho editorial, seguir destino altaneiro, contribuindo para evolução das discussões e reflexões relacionadas à Justiça e à Exclusão Social.

Como primeiro assunto abordado nesta edição, Carla Bertoncini e Felipe Moraes Rolim dos Santos discute a personalidade civil dos nascituros, apresentando os seus reflexos jurídico-processual. Em seguida, a divergência entre a aplicação das condições da ação pelos tribunais superiores e os mandamentos do código de processo civil são apresentados por Tatiana Claudia Santos Aquino. Felipe de Poli de Siqueira e Oksandro Osdival Gonçalves tratam da recuperação judicial do empresário rural sob a análise de julgados do STJ, segundo a teoria dos custos de transação.

O sistema político municipal é abordado por Paulo Henrique Borges da Rocha, Maria Celeste Cordeiro Leite Santos e Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia, tendo como parâmetro o estudo das eleições legislativas em Divinópolis (MG), trazendo a abordagem do sociólogo alemão Niklas Luhmann. A aplicação da suspensão condicional do processo é analisada criticamente por Alberto Carvalho Amaral, nos discursos sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil.

Outro tema relevante abordado na presente edição, de autoria de Edmilson Alves do Nascimento e Renilda Aparecida Costa, é o trabalho infantil e como tratá-lo legalmente quando há a barreira étnico-racial. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 4815, que busca restabelecer a liberdade de expressão, garantindo a observância aos direitos fundamentais, é apresentada pelos autores Ângela Araújo da Silveira Espíndola e Felipe de Ivanoff.

Outro tema tratado na presente edição é o assédio moral. Os auto-

res Rita de Cássia Moreno de Souza Occiuzzi, Mônica Mota Tassigny e Benedito Augusto da Silva Neto apresentam os limites do poder diretivo do empregador e o assédio moral no trabalho. O direito ambiental é tema dos artigos apresentados por Silvana Colombo e Vladimir Passos Freitas - Da teoria do risco concreto à teoria do risco abstrato na sociedade pós-industrial: um estudo da sua aplicação no âmbito do direito ambiental; e Construção em área de preservação permanente e desrespeito a princípios ambientais na sociedade de risco: apontamentos ao recurso especial nº 1.245.149/ms, apresentado por Fabiana Pacheo de Souza Silva e Beatriz Souza Costa.

Os autores Janaína Machado Sturza e Renata Maciel apresentam uma análise crítica sobre democracia, cidadania e direitos humanos sob a ótica da conjuntura atual do estado democrático de direito. Sérgio Rodrigo Martinez e Livia Bersot analisam a proibição do suicídio assistido no Brasil.

Na sequência, o direito à saúde será o assunto abordado, tendo o controle jurisdicional das políticas públicas como forma de garanti-lo. Thiago Nogueira Russo e Neide Aparecida de Souza Lehfeld são os autores do artigo. Os movimentos sociais e a liberdade de expressão são assuntos apresentados por Maria Celeste que discute o trabalho sob a ótica da eficácia e efetividade do Direito. O artigo que encerra a presente edição, de Fabiano Hartmann Peixoto e Debora Bonat, é intitulado “A trava bancária na recuperação judicial e o princípio da preservação da empresa”.

É com satisfação e grande orgulho, portanto, que apresento esta edição da Revista Argumenta, agradecendo a oportunidade e ainda aos autores, conselho editorial e colaboradores que fazem a revista acontecer com importantes discussões nas áreas a que se dedica.

**Profa. Fátima Aparecida da Cruz Padoan  
Reitora da UENP**